



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária no
7ª Vara Federal de Execução Fiscal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

18 a 22/9/2017



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL.....	8
Drª Andrea Cunha Esmeraldo, desde 16/03/2013.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS	10
5.1. Metas internas.	10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	10
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)	10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade).....	11
5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação).....	13
5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)	13
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	15
6.1. Sentenças	15
6.2. Acervo com prazos vencidos para sentença, despacho e decisão.....	16
6.3. Audiências	18
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	19
7.1. Acervo da unidade	19
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo dos JEFs de mesma competência na Subseção Judiciária, excetuados os processos remetidos às instâncias superiores	19
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	21
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	21
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada	21
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	21
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO	22
9.1. Balcão de entrada	22
9.2. Processos em segredo de justiça	22
9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) 23	
9.4. Publicação de atos judiciais.....	24
9.5. Registro de início do cumprimento do julgado	24



9.6.	Documentos pendentes de juntada.....	25
9.7.	Expedientes para cumprimento de ordem judicial.....	25
9.8.	Remessa externa.....	26
10.	ações e situações sujeitas à verificação obrigatória.....	28
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	29
12.	RPVs e PRECATÓRIOS.....	31
13.	BENS PENHORADOS.....	32
14.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS.....	35
15.	LIVROS E PASTAS.....	36
16.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA.....	37
17.	TÓPICOS ESPECÍFICOS CÍVEIS E DE EXECUÇÃO FISCAL.....	38
17.1.	Regularidade do processamento de Execuções Fiscais acima de 1 milhão de reais ..	38
17.2.	Como são selecionados os leiloeiros? Há leilão unificado? ..	38
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS.....	39
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES.....	40
20.	ENCERRAMENTO.....	41

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 7ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (07VFEF-RJ), de 18 a 22/9/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei nº 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726) e MPF/ES (7760), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323) e DPU/ES (7755), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747) e OAB/ES (7748), à Advocacia Geral da União – AGU (7744) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pela Meritíssima Juíza Federal Andrea Cunha Esmeraldo, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2, que lavra o presente relatório para os fins previstos nos artigos 13 da Resolução CJF nº 496/2006, e 39 da CNCR.

2. METODOLOGIA UTILIZADA

A Exma. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 7/4/2017).

Constatada nos mapas estatísticos a existência de 6.398 processos físicos, sendo 1.140 em trâmite e 4.965 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela Exma. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei nº 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) a forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

¹ **Art. 5º.** Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento. [...] **§2º.** As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior. **§ 3º.** Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão. **§4º.** Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação. **§5º.** A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União. [...]



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária no **07VEF-RJ – 18 a 22/9/2017**

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

TRF2
Fls 467

3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONALTRF2
Fls 468

Denominação: 7ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (07VFEF-RJ)

Data de instalação: 16/03/2013

Endereço: Rua Venezuela 134 – Saúde - Centro – Rio de Janeiro

Juíza Titular:

Drª Andrea Cunha Esmeraldo, desde 16/03/2013.

Juiz Federal Substituto: Vago

Diretora de Secretaria:

Drª Marcia Machado Garcia

Especialização:

1) Execução Fiscal

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Julho/15	3	9	0	0	12	13
Julho/17	3	10	0	0	13	13



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora Marcia Machado Garcia, nomeada pela Egrêgia Presidência do TRF2; pelos Supervisores Eduardo Menezes Garcia e Anna Paula Câmara Leão, e pela Oficiala de Gabinete Mara Lucy Lima Silva Rana, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 94% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 08 a 12/05/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.

5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas.

As metas objetivadas pela Secretaria são: impedir processos parados além dos prazos estipulado pela Corregedoria e conferência de processos suspensos.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se às Varas de Execução Fiscal as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. A Diretora de Secretaria informou que a equipe está trabalhando junta desde março/2017, e por isso, não soube informar se as metas de 2016 do CNJ foram atingidas. Tanto ela quanto os Supervisores não conhecem as metas do CNJ de 2017, já que, no momento, estão priorizando a reorganização da Vara.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 109 processos em 2016 e julgou 179, cumprindo 164% da meta nº 1 CNJ/2016.

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta. Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).

Mês	Matéria	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara			
dez/16	Total	SJRJ	07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro		
Meta 1 2016		Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau		39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ		33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES		6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal		111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ		94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES		16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal		42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ		33.921	32.669	12	104%
TR / SJES		8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal		41.782	44.815	487	94%
SJRJ		161.744	176.254	979	92%
SJES		31.343	35.475	459	90%
TRU		29	57	0	50%
Total - 2ª Região		234.898	256.601	1.925	92%
07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ		179	109	1	164%

Fonte: PORTAL, acesso em 2/8/2017.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“Julgar processos mais antigos³: distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012”.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 314% dos 360 processos-alvo distribuídos até 31/12/2011).

³ A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo.

Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los. A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)



2ª Região **Meta 2 2016**

Identificar e julgar, até 31/12/2016:
No 1º grau e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012;
Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;
Nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 09/01/2017
SJRJ - 11/01/2017
SJES - 11/01/2017

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
SJES	8.511	7.732	455	8.187	424	95%
Total - 2ª Região	119.151	106.450	5.082	111.532	7.619	94%
07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-SJRJ	360	314	10	324	36	90%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Fonte: PORTAL, acesso em 2/8/2017.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 87% dos 451 processos-alvo distribuídos até 31/12/2012).

Identificar e julgar, até 31/12/2016:
No 1º grau e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012;
Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;
Nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 09/01/2017
SJRJ - 11/01/2017
SJES - 11/01/2017

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SJRJ	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
Total - 2ª Região	167.653	148.128	7.927	156.055	11.598	93%
07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-SJRJ	451	381	12	393	58	87%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Fonte: PORTAL, acesso em 2/8/2017.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00723627019964025101	12005	Embargos de terceiro	sim	Conclusão para sentença	14/12/16
05310163320064025101	10008	Cautelar inominada	sim	Conclusão para despacho	04/09/17
05117286520074025101	12001	Embargos à execução	sim	Intimação de despacho	31/08/17
05350155720074025101	12001	Embargos à execução	sim	Concluso para sentença	09/06/16
00158420220104025101	1001	Ordinária/tributária	sim	Remessa ao Autor	06/10/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

TRF2
Fls 473

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)

“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”⁴

O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam que a Vara, ora correicionada, está alcançando a meta:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 00

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 03

5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁵

O mapa extraído do sistema Apolo apontou 1 (um) processo no acervo atual da 7ª VF de Execução Fiscal relacionado a meta 5 do CNJ/2016.

⁴ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).

2ª Região		TRF2		Meta 5 2016			
Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente							
Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado							
Mês		Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara					
dez/16	SIRJ	07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro					
Percentual de cumprimento = $(\text{P5.3}) / (\text{P5.1} + 1 + \text{P5.5} - \text{P5.7}) \times 100$							
Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SIRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SIES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SIRJ	8.789	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SIES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SIRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SIES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	1	0	0	0	0	1	0%

Fonte: PORTAL, acesso em 2/8/2017.

Na análise da amostra aleatória do feito pendente de encerramento da fase de execução, não se encontrou irregularidade processual, morosidade atribuível à Secretaria ou descumprimento dos prazos fixados na CNCR no trâmite entre o início da execução e o último andamento do feito.

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00175148420064025101	Cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados-IP1	16/10/13	sim	Intimação da União Federal para dar prosseguimento à execução de honorários.	10/08/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugere-se incluir as metas nº 2 e 5 CNJ/2017 entre os objetivos perseguidos mensalmente, usando as ferramentas de análise disponíveis no Portal de Estatísticas para monitorar seu desempenho (item 5.2.1);

6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Sentenças

A unidade correccionada produziu 1.956 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (18/09/2016 a 22/09/2017), com média de 1638 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	38
B1	Homologatória de acordo	03
B2	Repetitiva (padronizada)	885
C	Sem resolução do mérito	1.030
D1	Penal condenatória	00
D2	Penal absolutória	00
D3	Rejeição de queixa	00
D4	Rejeição de denúncia	00
E1	Extintiva de punibilidade	00
E2	Suspensão condicional da pena	00

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 06/09/2017.

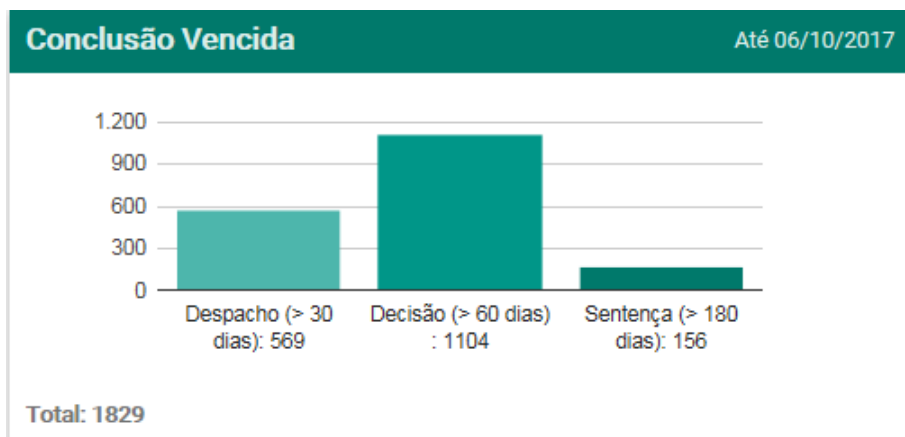
A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0507086- 44.2010.4.02.5101	0067583- 67.1999.4.02.5101	0028235- 13.1997.4.02.5101	0530470- 02.2011.4.02.5101
0504958- 41.2016.4.02.5101	0503673- 28.2007.4.02.5101	0028237- 80.1997.4.02.5101	0530028- 07.2009.4.02.5101
0504467- 78.2009.4.02.5101	0524073- 68.2004.4.02.5101	0016915- 68.1994.4.02.5101	0532607- 93.2007.4.02.5101
0502231- 12.2016.4.02.5101	-----	010640- 34.2016.4.02.5101	0533889- 69.2007.4.02.5101
0500909- 35.2015.4.02.5151	-----	0010818- 62.1988.4.02.5101	0532116- 86.2007.4.02.5101

Fonte: PORTAL, acesso em 01/08/2017



6.2. Acervo com prazos vencidos para sentença, despacho e decisão



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/10/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 06/10/2017), indica haver 156 processos aguardando sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR), inspecionados os mais antigos a saber:

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0139033-45.2014.4.02.5101	12006	COFINS – DIVIDA ATIVA	1.077	02/07/15	827
0000264-91.2013.4.02.5101	12006	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	62	06/07/15	823
0017004-27.2013.4.02.5101	12006	IRPF – DÍVIDA ATIVA	156	03/08/15	795
0025013-41.2014.4.02.5101	12006	IRPF – DÍVIDA ATIVA	45	06/08/15	792
0026849-83.2013.4.02.5101	15006	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	69	18/08/15	780
0108793-73.2014.4.02.5101	12006	IRPF – DÍVIDA ATIVA	58	01/09/15	766
0036040-89.2012.4.02.5101	12006	ITR – DÍVIDA ATIVA	223	01/09/15	766
0156978-45.2014.4.02.5101	12006	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	65	02/09/15	765
0029244-82.2012.4.02.5101	12006	PIS – DÍVIDA ATIVA	207	02/09/15	765



0009223-51.2013.4.02.5101	12006	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	113	01/09/15	766
---------------------------	-------	-----------------------------	-----	----------	-----

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
006331088.2012.4.02.5101	3000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – DÍVIDA ATIVA	62	27/11/15	678
053099523.2007.4.02.5101	3000	IRPF – DÍVIDA ATIVA	66	02/12/15	674
005917193.2012.4.02.5101	3000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – DÍVIDA ATIVA	377	03/12/15	673
053185007.2004.4.02.5101	3000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – DÍVIDA ATIVA	157	09/12/15	667
054469690.2003.4.02.5101	3000	IRPJ – DÍVIDA ATIVA	70	11/12/15	665
002907153.2015.4.02.5101	1008	Anulação de débito fiscal	1.417	17/12/15	658
006024318.2012.4.02.5101	3000	COFINS – PIS - PASEP	142	11/01/16	634
017238069.2014.4.02.5101	3000	IRPF – DÍVIDA ATIVA	24	11/01/16	633
050345359.2009.4.02.5101	3000	TAXA DE OCUPAÇÃO/LAUDEMIOS/FOROS	504	14/01/16	631
004506388.2014.4.02.5101	3000	IPTU – DÍVIDA ATIVA	14	15/01/16	630

Conclusos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias conclusos
002960187.1997.4.02.5101	3000	IRPJ – DÍVIDA ATIVA	256	13/10/15	724
004929491.1996.4.02.5101	3000	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – DÍVIDA ATIVA	117	27/10/15	710
052285643.2011.4.02.5101	3000	IRPF – DÍVIDA ATIVA	45	28/10/15	709
005999895.1998.4.02.5101	3000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – DÍVIDA ATIVA	327	05/11/15	701
052429322.2011.4.02.5101	3000	IRPF – DÍVIDA ATIVA	104	18/11/15	688
001500891.2013.4.02.5101	3000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – DÍVIDA ATIVA	65	19/11/15	687
017392917.2014.4.02.5101	3000	IRPF - DÍVIDA ATIVA	40	19/11/15	687



051283258.2008.4.02 .5101	3000	COFINS – DÍVIDA ATIVA	256	24/11/1 5	682
004546572.2014.4.02 .5101	3000	TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	28	30/11/1 5	676
002091178.2011.4.02 .5101	3000	IRPF - DÍVIDA ATIVA	77	01/12/1 5	675

Sugere-se priorizar a prolação de sentença, decisão e despacho nos processos conclusos além dos prazos estipulados pela CNCR. (art. 227 CNCR).

6.3. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/10/2016 até 30/09/2017) foram designadas 21 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

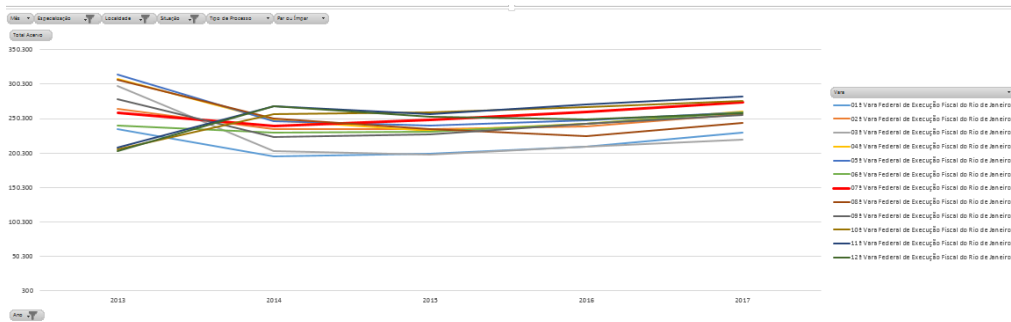
Mês : Agosto

Situacao Processo

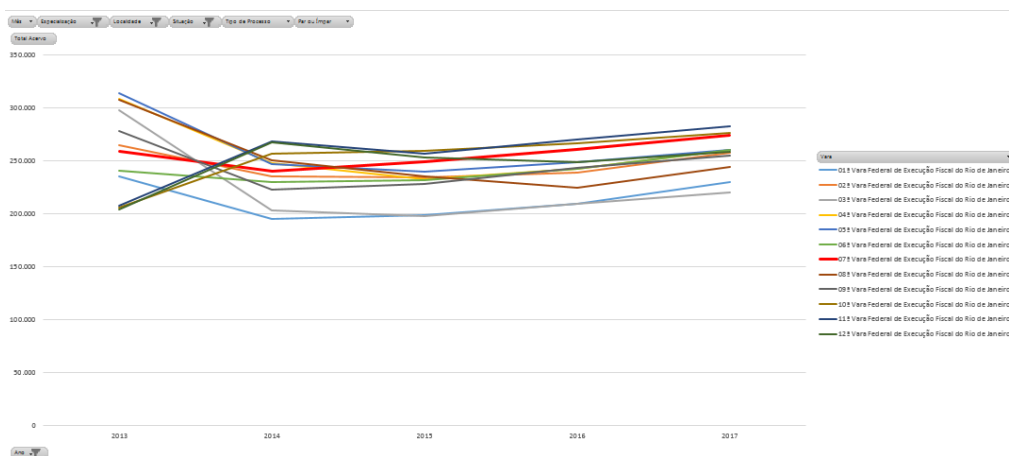
Medidas	Vara	Ano	Trâmite	Suspensão	Recurso TRF-2	Total
Processos	07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	2013	8889	10860	999	20748
		2014	8300	11113	1982	21395
		2015	6513	14128	1005	21646
		2016	6843	15070	651	22564
		2017	7756	15217	565	23538
Total			38301	66388	5202	109891

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo dos JEFs de mesma competência na Subseção Judiciária, excetuados os processos remetidos às instâncias superiores

Acervo total

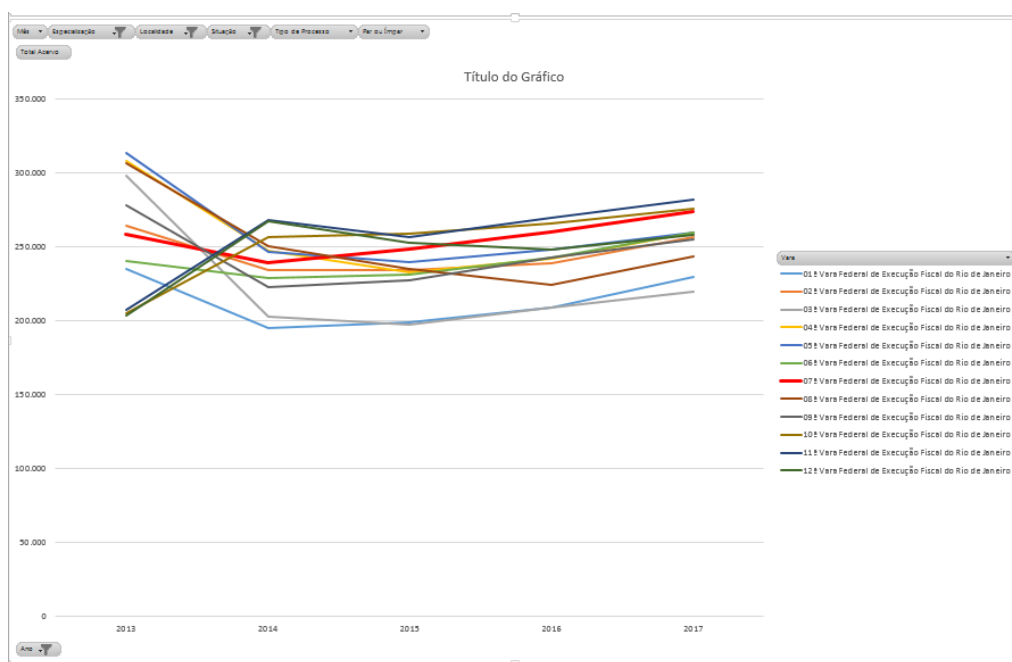


Acervo ativo em tramitação



TRF2
Fls 480

Acervo suspenso



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

É dada prioridade aos feitos com pedidos de provimento antecipatório, os quais são encaminhados diretamente para a análise da equipe de apoio ao gabinete.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

Após o saneamento do processo, coloca-se no escaninho denominado “entrada gabinete”. O oficial de gabinete faz mais uma triagem e, entendendo estar o processo maduro, abre a conclusão, sendo rara a conversão em diligência.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

Retornando os autos do Tribunal sem necessidade de cumprimento do julgado, a Diretora faz a baixa na distribuição; havendo execução a ser iniciada, as partes são intimadas. A Diretora salienta que perderam 2 estagiários, trazendo grande perda ao Juízo, notadamente considerando que a atual equipe passou a ser responsável pelo acervo somente a partir de março de 2017, vindo da 4ª Vara Federal Cível/RJ.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Em 16/10/2017, às 15h50min, havia 147 processos, sendo o mais antigo o de 12/10/2017.

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara
0517536-46.2010.4.02.5101	3000	#nt-CONF-1520#CRECI 5d MANIFESTAÇÃO	0517536-46.2010.4.02.5101	12/10/2017 17:48	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0517940-97.2010.4.02.5101	3000	#nt-CONF-1520#CRECI 5d SUSPENSAO PARCELAMEI	0517940-97.2010.4.02.5101	12/10/2017 17:48	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0519602-96.2010.4.02.5101	3000	#nt-CONF-1520#CRECI 15d DAR PROSSEGUIMENTO	0519602-96.2010.4.02.5101	12/10/2017 17:48	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0505545-14.2017.4.02.5101	3000	#nt-CONF-46#AGU-manifestação-5 dias	0505545-14.2017.4.02.5101	13/10/2017 07:23	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0011673-25.2017.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 5d SUSPENSAO ART 40	0011673-25.2017.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0016090-26.2014.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 5d SUSPENSAO PARCELAMENT	0016090-26.2014.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0024555-19.2017.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 15d MANIFESTAÇÃO	0024555-19.2017.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0024573-40.2017.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 15d DAR PROSSEGUIMENTO A	0024573-40.2017.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0045050-55.2015.4.02.5101	12006	#nt-CONF-2054#PRF 10d MANIFESTAÇÃO	0045050-55.2015.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Ex
0092962-05.2016.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 10d MANIFESTAÇÃO	0092962-05.2016.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0099133-50.2017.4.02.5101	12006	#nt-CONF-2054#PRF 15d MANIFESTAÇÃO	0099133-50.2017.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Ex
0089170-77.2017.4.02.5101	12006	#nt-CONF-2054#PRF 15d MANIFESTAÇÃO	0089170-77.2017.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Ex
0105830-87.2017.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 5d SUSPENSAO ART 40	0105830-87.2017.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0140206-36.2016.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 5d INFORMAR SOBRE PARCEL	0140206-36.2016.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0141021-96.2017.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 10d MANIFESTAÇÃO	0141021-96.2017.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0151202-59.2017.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#Juntaada	0151202-59.2017.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0178856-10.2016.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 5d SOBRE RPV	0178856-10.2016.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0505970-27.2015.4.02.5101	12006	#nt-CONF-2054#PRF SOBRE RPV	0505970-27.2015.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0511601-88.2011.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 10d MANIFESTAÇÃO	0511601-88.2011.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0515904-19.2009.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#Remessa, Carga Para PRF - Execuçã	0515904-19.2009.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec
0518800-35.2009.4.02.5101	3000	#nt-CONF-2054#PRF 5d INFORMAR SOBRE PARCELA	0518800-35.2009.4.02.5101	13/10/2017 08:20	PORTALV		07ª Vara Federal de Exec

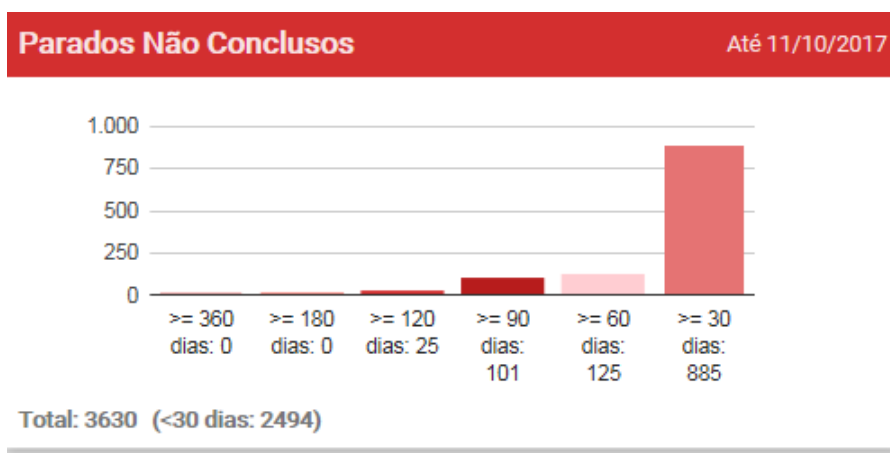
9.2. Processos em segredo de justiça

Posição em	05/09/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	25
Documento	16
Total Geral	41

De acordo com o mapa de processos que tramitam em segredo de justiça, Sistema Processual Apolo, há um total de 41 processos nesta situação, dos quais 25 feitos com segredo de sistema e 16 com segredo de documentos.

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
05383927520034025101	3000	Segredo de justiça no sistema	133	Segredo de documentos com informações fiscais.
05392942820034025101	3000	Segredo de justiça no sistema	80	Segredo de documentos com informações fiscais.
05060057020044025101	3000	Segredo de justiça no sistema	670	Segredo de documentos com informações fiscais.

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 16/10/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 25 processos, equivalentes a 0,26% do acervo com tramitação ativa.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
00806123419924025101	3000	sim	Remessa interna: 7a VFEF RJ	1891	02/07/12
05147958220004025101	3000	sim	Suspensão art. 40 LEF	1869	24/07/12
05311255220034025101	3000	sim	Suspensão art. 40 LEF	1869	24/07/12
00579238319984025101	3000	sim	Suspensão por aguarda decisão de instância superior	1832	30/08/12
00842685219994025101	3000	sim	Suspensão por baixo valor art. 20 da lei 10522/02	1834	28/08/12
02031062219004025101	3000	sim	Remessa interna: 7a VFEF RJ	1840	28/08/12
05073006920094025101	3000	sim	Devolução de remessa da Fazenda Nacional	1831	31/08/12
05077163720094025101	3000	sim	Devolução de remessa da Fazenda Nacional	1831	31/08/12
05091844620034025101	3000	sim	Suspensão por baixo valor art. 20 da lei 10522/02	1834	28/08/12
05093521420044025101	3000	sim	Remessa interna: 7a VFEF RJ	1840	22/08/12

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

	A	B	C
1	Total Geral de Boletins Gerados	Período	09/2016 a 08/2017
2		Processos	4.151
3		Boletins	203
4		Média (Proc. / Bol.)	20,45
5		Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	9,59

Fonte: PORTAL, acesso em 30/10/2017

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁶.

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 155 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

Ano : 2017		Mês : outubro			
Situacao Processo					
Medidas				Trâmite	Total
Vara	Processos	07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	Com Sentença	Informada	71 71
Sentença				Não Informada	155 155
Execução de Sentença - Fase 18				Natureza Executória	2515 2515
				Total	2741 2741

9.6. Documentos pendentes de juntada

Posição em	05/09/2017
Total Geral	38

Fonte: PAINEL, acesso em 30/10/2017

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

⁶ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.

Ano : 2017 | Mês : setembro | Vara : 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro | Situação Processo : Trâmite

Data Último Movimento

Medidas	2014	2015	2016	2017							Total				
				Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho					
Último Movimento															
Complemento Fase	Processos	Intimação	Ato Ordinatório										3	3	
			Decisão			4		1	4	1	2				12
			Despacho		2	3	1		14	2	2	3	1		28
			Informação de Secretaria	1											1
			Sentença					1							1
Total	1	2	7	1	2	18	3	4	6	1	45				

Analisados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, há 45 processos sem o movimentação pela Secretaria.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0526625062004402510 1	3000	sim	Remessa, carga para Fazenda Nacional por motivo de vista	22	18/10/17
0540317722004402510 1	3000	sim	Remessa, carga para Fazenda Nacional por motivo de manifestação	03	27/10/17
0511962182005402510 1	3000	sim	Remessa, carga para Fazenda Nacional por motivo de vista	22	18/10/17
0525824562005402510 1	3000	sim	Remessa, carga para Fazenda Nacional por motivo de vista	22	18/10/17

9.8. Remessa externa

Constam 374 processos físicos com prazos de remessa externa vencidos:



Ano : 2017 Mês : setembro Vara : 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro Localização Atual : Externo

Medidas Data Último Movimento

Tipo de Processo		Situacao Processo		Último Movimento		Complemento Fase		Processos									
								2016	2017				Total				
									Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro				
Físico	Trâmite	Remessa, Carga	Execução Fiscal - Fazenda Nacional	Advocacia Geral da União					1					1			
				Defensoria Pública						1					1		
				Embargante						1				1		1	
				Execução Fiscal - Fazenda Nacional						379	1	3	3	20	352		
				MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ						1						1	
				PRF - Execução Fiscal (Capital) - Autarquias e Fundações Federais						4						4	
				Procuradoria da Fazenda						1						1	
				Réu						3		1				2	
				Suspensão						1	14				1	1	12
				Remessa, Carga	Execução Fiscal - Fazenda Nacional												
Total								1.405	2	3	5	21	374				

Inspecionados os processos com remessa externa mais antiga, excluídos Inquéritos Policiais e Peças de Informação, que tramitam diretamente entre o MPF e a Polícia Federal (art. 236, CNCR):

Processos inspecionados

Processo	Classe	Carga ao(à)	Data da remessa	Observação
05315902720044025101	3000	Fazenda Nacional	15/09/17	Devolvido em 10/10/17
05403566920044025101	3000	Fazenda Nacional	06/09/17	Devolvido em 10/10/17
05102461920064025101	3000	Fazenda Nacional	16/08/17	Devolvido em 04/10/17
05147142620064025101	3000	Fazenda Nacional	22/06/17	Devolvido em 26/10/17
05148051920064025101	3000	Fazenda Nacional	28/09/17	Devolvido em 13/10/17

Fonte: APOLO, processos remetidos consulta em 04/07/2017

Sugere-se: (i) cobrar das partes e órgãos externos a restituição dos autos que ainda estejam fora da Secretaria além dos prazos legais e (ii) realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos físicos já restituídos.



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006, estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos, que tramitam na Vara, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Contudo, verificou-se, na estatística extraída do APOLO, não haver processos em trâmite no órgão correicionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, a inexistência de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.

11. PROCESSOS SUSPENSOS

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando a data do término, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
Suspensão art. 40 - 2012	253
Suspensão art. 40 - 2013	1398
Suspensão parcelamento - 2012	182
Suspensão parcelamento - 2013	340
Suspensão outras	281

Não há na 7ª Vara de Execução Fiscal processo suspenso tendo por motivo Repercussão geral ou Recursos repetitivos, de acordo com o mapa extraído do sistema Apolo.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
02442758619004025101	Artigo 40 da LEF Vista ao Exequente, no prazo de 5 dias	21/05/21	Artigo 40 da LEF
05111617320034025101	Baixo valor – art 20 da Lei 10522/02 Decisão deferindo o levantamento da penhora	03/07/15	Baixo valor – art 20 da Lei 10522/02
05159094120094025101	Aguardar o julgamento dos embargos em apenso, tendo em vista a aceitação da Carta de Fiança	24/06/15	Suspensa à execução até o julgamento dos embargos em apenso
05257211020094025101	Intimação do Exequente para esclarecer eventual efetivação de parcelamento	23/06/15	Parcelamento
01603673419004025101	Deferimento de suspensão do processo pelo prazo de 180 dias	27/03/17	Aguardando diligência do Exequente

Foram verificados, ainda, os seguintes feitos:

CLASSE 12001.



Processo 00061551120044025101- ação declaratória de inexistência de relação jurídica. Decisão determinando a suspensão da execução fiscal em 06/10/2009. Motivo: interposição de embargos de devedor (fl. 216).

Processo 05065499720004025101- motivo: aguardar o julgamento definitivo da ação anulatória de débito fiscal n. 97.0105771-6 ajuizada perante a 2ª Vara Federal em 12/03/2003. Informação à fl. 220 da não ocorrência de decisão final no processo n. 97.105771-6, em 20/07/2016.

CLASSE 12071

Processo 00200468019964025107- Motivo: aguardar o cumprimento das diligências requeridas pelo INSS nos autos da Execução Fiscal n. 94.0015904-8, em apenso, em 24/11/2000. Execução fiscal suspensa pelo prazo trintenário (FGTS).

CLASSE 3000.

05956193319004025101- suspenso nos termos do artigo 40 da Lei 6830/80, tendo em vista a prescrição trintenária referente a cobrança de débitos relativos ao FGTS.

05830041119004025101- suspenso nos termos do artigo 40 da Lei 6830/80, tendo em vista a prescrição trintenária referente a cobrança de débitos relativos ao FGTS.

05860423119004025101- suspenso nos termos do artigo 40 da Lei 6830/80, tendo em vista a prescrição trintenária referente a cobrança de débitos relativos ao FGTS.



12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 03 precatórios e 46 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/09/2016 a 31/08/2017). Constatam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 03 precatórios e 10 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
05117012420034025101	RPV	01/09/17	-----	Tempo médio entre o último julgamento e o envio é de 372 dias para RPV
05296891920074025101	RPV	28/10/16	-----	Tempo médio entre o último julgamento e o envio é de 372 dias para RPV
05345274420034025101	RPV	28/10/16	-----	Tempo médio entre o último julgamento e o envio é de 372 dias para RPV
05059874920044025101	RPV	28/10/16	-----	Tempo médio entre o último julgamento e o envio é de 372 dias para RPV
05059961120044025101	RPV	28/10/16	-----	Tempo médio entre o último julgamento e o envio é de 372 dias para RPV

Fonte: Planilha extraída do APOLO, em 5/9/2017

13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 05/09/2017, apresenta cadastramento de 274 bens penhorados pelo Juízo. Analisada a amostra de feitos a seguir, se constatou, s.m.j., falha no registro das penhoras pela Secretaria:

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
0002326-07.2013.4.02.5101	27/05/13	sim	Suspensão por parcelamento
0008106-25.2013.4.02.5101	12/08/13	sim	Vista à Exequente sobre fls. 142/187
0015826-14.2011.4.02.5101	03/02/12	sim	Recebida a inicial e determinadas várias diligências, que, infrutíferas, levaram à suspensão pelo art. 40 da LEF
0015868-29.2012.4.02.5101	11/04/13	sim	Aguardar o julgamento dos embargos n. 0010372-82.2013.4.02.5101
0026108-77.2012.4.02.5101	01/10/12	sim	Intimação do Exequente para cumprir determinação de fls. 67 e comunicado o registro, fosse o feito suspenso aguardando o julgamento dos embargos à execução.

Processo: 0002326-07.2013.4.02.5101

Executado: SAMOC S/A SOCIEDADE ASSISTENCIAL MEDICA E ODONTO CIRURGICA

Exequente: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS

Data da Penhora: 27/05/2013

Tipo do Bem: Prédio

Valor do Bem: R\$ 2.000.000,00

Valor do Débito: R\$ 93.696,96

Mandado:MAN.0052.001676-4/2013

Processo: 0008106-25.2013.4.02.5101

Executado: BRAZIL LINK TRANS. E EMB. NACIONAIS E INTER. LTDA



Exequirente: FAZENDA NACIONAL/INSS

Data da Penhora: 12/08/2013

Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem:

Valor do Débito: R\$ 179.766,92

Mandado:MAN.0052.002301-0/2013

Processo: 0015826-14.2011.4.02.5101

Executado: ALPAREDA REPRESENTAC

Exequirente: ALPAREDA REPRESENTACOES LTDA

Data da Penhora: 03/02/2012

Tipo do Bem:

Valor do Bem:

Valor do Débito: R\$ 79.900,07

Mandado:MAN.0052.000253-2/2012

Processo: 0015868-29.2012.4.02.5101

Executado: SOCIEDADE UNIVERSITARIA GAMA FILHO

Exequirente: FAZENDA NACIONAL/INSS

Data da Penhora: 11/04/2013

Tipo do Bem: Prédio

Valor do Bem:

Valor do Débito: R\$ 8.499.274,50

Mandado:MAN.0052.001084-2/2013

Processo: 0026108-77.2012.4.02.5101

Executado: ASSOCIAÇÃO DOS TAIFEIROS DA ARMADA

Exequirente: FAZENDA NACIONAL/INSS



Data da Penhora: 01/10/2012

Tipo do Bem: Prédio

Valor do Bem: R\$ 120.000,00

Valor do Débito: R\$ 337.460,96

Mandado:MAN.0052.006300-4/2012

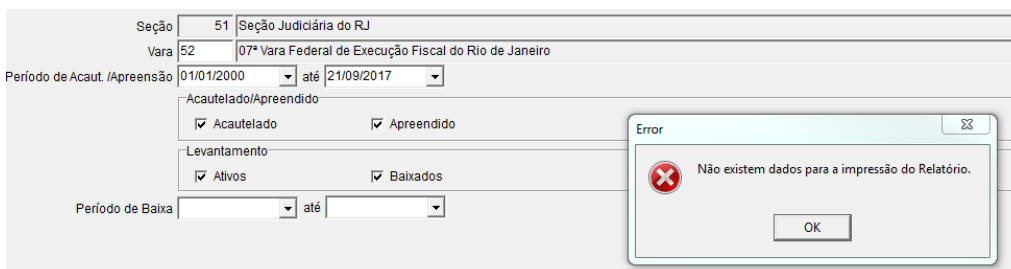
Não especificado o tipo e valor do bem penhorado em 3 processos colhidos por amostragem.

Sugere-se proceder o cadastramento de bens penhorados no APOLO como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR.

14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destinados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e os arts. 242 a 247 da CNCR. Contudo, não há registro no APOLO de processos com bens acautelados/apreendidos.

Conforme atestado pelo mapa de material apreendido/acautelados, extraído no dia 02/08/2017, não há dados para a impressão do relatório, não havendo, portanto, nenhum material acautelado.



The screenshot shows the APOLO system interface with the following fields and options:

- Seção: 51 | Seção Judiciária do RJ
- Vara: 52 | 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
- Período de Acaut. /Apreensão: 01/01/2000 até 21/09/2017
- Acautelado/Apreendido: Acautelado Apreendido
- Levantamento: Ativos Baixados
- Período de Baixa: [] até []

An error dialog box is displayed with the message: "Error: Não existem dados para a impressão do Relatório." and an "OK" button.

Fonte: APOLO, em 02/08/2017



15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 07 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) Ponto;
- 2) Carga de autos a Advogados, partes e auxiliares do Juízo;
- 3) Entrega de autos às partes sem traslado;
- 4) Reclamações e inspeções;
- 5) Livro de carga ao Ministério Público;
- 6) Pastas de atos do plantão;
- 7) Livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio;

Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas. Porém, só encontramos termo de encerramento no Livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo e no Livro de reclamações. Não há registros de reclamações.

16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 7ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro está localizada no 6º andar, prédio do Bloco B, no centro da cidade (Av. Venezuela, 134 – Saúde – CEP: 20081-312), com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e divisórias em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa para refeições.

O Gabinete do Juiz Federal Substituto, cargo vago, não é utilizado. É amplo, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juizes e da Secretaria são antigos, mas refrigeram adequadamente o ambiente.

A sala de audiências é compartilhada com outras Varas Federais de Execução Fiscal, porém é pouco utilizada, dada a baixa demanda por audiências nesses juízos.

Todos os computadores tem 2 monitores.

17. TÓPICOS ESPECÍFICOS CÍVEIS E DE EXECUÇÃO FISCAL

17.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais acima de 1 milhão de reais

Por amostragem, foram vistoriados os processos abaixo relacionados, com execuções fiscais acima de 1 milhão de reais, não se encontrando, s.m.j., irregularidade no processamento:

Processo	Valor da execução	Data de autuação	Mov. regular em 12 meses ?*	Último Movim.	Data último Movim.
0513542-83.2005.4.02.5101	R\$ 18.306.532,27	01/06/05	sim	conclusão	21/06/16
0080963-07.1992.4.02.5101	R\$ 24.335.990,73	22/06/92	sim	conclusão	04/10/17
0501276-30.2006.4.02.5101	R\$ 51.144.001,14	01/06/06	sim	Determinada a intimação do exequente	18/08/17
0506199-65.2007.4.02.5101	R\$ 20.085.842,94	22/05/07	sim	Determinação de inclusão no polo passivo	29/08/17
0518634-66.2010.4.02.5101	R\$ 59.570.930,09	17/11/10	sim	conclusão	19/10/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

17.2. Como são selecionados os leiloeiros? Há leilão unificado?

Em regra, os exequentes indicam o leiloeiro de confiança. O último leilão ocorreu em junho/2017. A 07VFEF não realiza leilão unificado, e tem escaninhos separados para processos com previsão de leilão, físicos e eletrônicos. Não foram mencionadas dificuldades.



18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Para superar e normalizar os fatos relatados, sugere-se ao 05VEF-RJ, no prazo de 30 dias:

- 1) priorizar a prolação de sentença, decisão e despacho nos processos conclusos além dos prazos estipulados pela CNCR. (art. 227 CNCR) – item 6.2;
- 2) cobrar das partes e órgãos externos a restituição dos autos que estejam fora da Secretaria além dos prazos legais (item 9.8);
- 3) realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos físicos já restituídos (item 9.8);
- 4) proceder o cadastramento de bens penhorados no APOLO como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR (item 13).



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional CARLOS ALBERTO DE ARAUJO ROCHA, CARLOS CESAR DE SOUZA DINIZ, FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO, JOSÉ VICENTE BENEVENUTI, revisado e subscrito por FABIO ALDROVANDO DA SILVA, Assessor Judiciário, e subscrito, nesta data, por mim.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário – mat. nº 15.939